

SUCESSÃO

Em meio a nova crise, PUC-SP começa a discutir nomes para Reitor

Neste ano a PUC-SP prepara-se para eleger um novo reitor, que deverá governar a universidade entre 2013 e 2016. Neste mês, a Pró-reitoria de Relações Comunitárias deverá designar uma comissão eleitoral que dirigirá o processo sucessório que culminará com a eleição, provavelmente no início do próximo semestre.

Pioneira entre as universidades privadas a adotar o sistema de eleição direta para reitor, a PUC-SP vê-se hoje na iminência de escolher um novo mandatário que, na prática, pouco poderá fazer pela instituição. A partir de 2006, com a entrada da Fundação São Paulo efetivamente na administração da universidade, o reitor perde seus poderes principais e, em boa parte das vezes, funciona como um mero coadjuvante. O ápice deste processo foi a aprovação de um novo estatuto que estabeleceu o Conselho de Administração (Consad) como principal órgão decisório da universidade. Contando com mais votos contra um da reitoria, a Fundação São Paulo torna-se soberana e estabelece as principais decisões da instituição. E, mesmo quando o Consad não tem a palavra final, quem decide é o Conselho Superior da Fundação, como aconteceu com o orçamento para 2012.

MAXIMIZAÇÃO E ARROCHO

Passados cinco anos após a maior crise vivida pela PUC-SP, a situação não se alterou, pelo contrário, alguns indicadores mostram o quanto regredimos em relação àquela PUC-SP autônoma, democrática e grande, que se tornou uma referência em todo país para as conquistas trabalhistas e sociais. Hoje, nossos docentes têm o seu contrato achatado ao entrar na instituição, submetendo-se a tabelas diferenciadas de remuneração. Para ganhar o mesmo que ganhavam há alguns anos, precisam ministrar mais aulas e ainda com perda de várias conquistas trabalhistas como a estabilidade por um ano ou o adicional por tempo de serviço ilimitado a cada cinco anos, além da limitação de bolsas de estudo para si e seus dependentes.

Do mesmo modo os funcionários passam por sérios percalços com o achatamento salarial dos novatos, a falta de um plano de cargos e salários que lhes garanta maior mobilidade na carreira e falta de discussão sobre como poderiam melhor desempenhar suas funções.

Já os alunos... Bem com o valor abusivo das mensalidades e a política de bolsas

da universidade, o resultado não poderia ser outro: só na graduação este ano são menos 1200 estudantes do que em 2011, diversas turmas e cursos não puderam funcionar regularmente, pois não alcançaram o número requerido pelos gestores, que adotam parâmetros inadequados para o funcionamento de novos cursos. Além disso, tanto os discentes como docentes reclamam da situação em que se encontram hoje os setores ligados à informatização da universidade, com uma série de encaminhamentos que atrasam tanto a vida dos alunos como a dos professores, causando transtornos a cada início de semestre.

O QUE A COMUNIDADE ESPERA

Neste momento o jornal *PUCViva* prepara-se para iniciar um amplo debate com a comunidade sobre o sentido da eleição para reitor. Ouviremos, como fizemos em outras oportunidades, os possíveis candidatos, as principais lideranças da universidade e professores, estudantes e funcionários que lutam por uma PUC-SP onde realmente valha a pena trabalhar e estudar.

Porém, tanto a APROPUC, como a AFAPUC têm

claro, que antes de discutir-se nomes é fundamental entender o processo pelo qual esta universidade está passando, com a clareza de que nada adiantará a mudança de direção se a estrutura de poder e a política institucional da PUC-SP permanecerem na situação em que hoje se encontram. Alguns pressupostos básicos se impõem neste momento para que o próximo mandatário não seja simplesmente uma peça decorativa no cenário puquiано. Pelo lado dos professores urge que a maximização seja substituída por um sistema que dê mínimas condições de trabalho para todos, que os salários sejam equiparados para todos os docentes, independente da data de ingresso na universidade e que novos critérios para abertura de turmas e ingresso na universidade sejam observados. Para os funcionários é fundamental a conquista de um plano de carreira que dê reais condições de ascensão e desenvolvimento na carreira, e para os estudantes condições de cursar uma universidade que não privilegie unicamente uma elite que consegue pagar os preços abusivos que a instituição vem cobrando.

Só desta maneira a PUC-SP retornará ao lugar que sempre deveria ocupar na educação brasileira.

Funcionários e professores terão reajuste de 5,3% a partir de março

Durante a assembleia dos funcionários, realizada no dia 15/3, a diretoria da AFAPUC anunciou o índice que reajustará os salários de professores e funcionários. A média da cesta de índices ficou em torno de 5,3%, percentual que deverá ser aplicado aos salários já no mês de março. Os trabalhadores da PUC-SP também receberam em agosto/2012 um reajuste de 1,6%, a título de ganho real, negociado no acordo anterior.

ACORDO INTERNO DE TRABALHO

Os funcionários discutiram em sua reunião as respostas dos gestores às suas reivindicações para o novo texto de acordo interno. A regulamentação de um banco de horas extras, que já consta da Convenção Coletiva da categoria publicada este ano, ficou de ser melhor discutida com os funcionários, uma vez que tanto a Fundasp como a reitoria consideram inadequado o atual sistema de marcação de ponto e aguardam a instalação de um novo mecanismo para os próximos meses.

Não se chegou a um consenso com os gestores sobre a questão das bolsas de estudo (os funcionários reivindicavam que fossem concedidas duas bolsas à sua livre escolha, sem que necessariamente uma fosse para a graduação e outra para a pós-graduação). Dessa maneira o texto deve seguir como

está hoje. Quanto à ampliação do leque de escolhas que têm acordo com a PUC-SP para oferecer bolsas de estudo, os gestores estão abertos para novas possibilidades.

CESTA BÁSICA E REFEITÓRIO

A PUC-SP havia proposto já há alguns acordos anteriores, que a cesta básica fosse fornecida a partir de um cartão magnético com o qual o funcionário escolheria no estabelecimento de sua preferência os artigos de que necessita. Um primeiro valor levantado ficava em torno de R\$ 86, para funcionários que recebem até cinco salários mínimos. Os funcionários julgaram este valor muito aquém do desejado e contrapropuseram R\$ 130, reajustados pelo mesmo índice que regula o acordo coletivo de trabalho.

Finalmente os funcionários questionaram as condições precárias em que hoje se encontram os equipamentos do refeitório da PUC-SP. O micro-ondas para aquecer os alimentos está quebrado, o mesmo acontecendo com outros aparelhos danificados.

Os gestores deverão informar na próxima reunião as providências a serem tomadas pela instituição.

Nesta semana os funcionários administrativos deverão se reunir novamente para discutir as respostas da Reitoria e Fundação São Paulo.

Rede de Proteção debate Pinheirinho e Tribunal Popular da Terra

A Rede de Defesa e Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte continua seus trabalhos e se reuniu na última terça-feira, 13/3. Estavam presentes membros da APRO-PUC, Associação de Amigos e Familiares de Presos (Amparar), Luta Popular, Mutirão Popular na Quebrada, Tortura Nunca Mais, Tribunal Popular, Comitê Pró-Haiti entre outras entidades e militantes.

TRIBUNAL POPULAR DA TERRA

Demandas urgentes da Rede e questões cotidianas foram debatidas. A realização do Tribunal Popular da Terra foi novamente debatida, trazendo também a novidade de realização de outro Tribunal, para julgar os crimes cometidos durante o período da ditadura militar.

A Rede recebeu também informações de que o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos levou para o Pinheirinho um mutirão de pessoas para fazer relato de abusos. Foram todos os conselheiros e outras pessoas,

como voluntários, demandando ao grande número de denúncias.

O resultado dessa ação foi um relatório com denúncias, que será levado à OEA. (veja na página desta edição um relato dos últimos acontecimentos no Pinheirinho).

O militante do Movimento Cultural, um grupo que traz cultura para diversas comunidades, veio fazer um convite para participação da Rede e demais interessados, no dia 1/4, na Vila São José, em Osasco, do Mutirão Cultural, na Rua Antonio Ventura Neto, sediado atrás da Rádio TV, com a realização de shows e oficinas.

CORDÃO DA MENTIRA

Outro convite, recebido pelos integrantes da Rede de Proteção refere-se a realização do Cordão da Mentira, também no dia 1/4. O Cordão é um Bloco de Censura que faz denúncias sobre a ditadura militar, com marchinhas de paródia e seu trajeto passará em locais utilizados para torturar os militantes pelos militares na ditadura.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengarini

Reportagem: Caio Rubens Zaveri, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengarini e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischiard

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Professores e estudantes respondem artigo de Dom Luiz Gonzaga

Um artigo de Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo emérito de Guarulhos, tem causado enorme repercussão na imprensa e dentro da comunidade acadêmica da PUC-SP. No texto, intitulado "Graças a Deus, a PUC não é uma progressista universidade comunista!", o bispo defende que professores da PUC-SP que defendam o aborto, a legalização da maconha, a eutanásia, a ideologia homossexual ou comunista, não devem dar aula na universidade.

Para ele, os professores que defendem tais ideias devem "procurar escolas que defendam essas ideias, por exemplo, a UnB, para lecionar nelas. Não podem lecionar numa escola católica, que é totalmente contrária a esses posicionamentos", afirmou.

Bia Abramides, presidente da APROPUC, revidou em entrevista à rádio *Brasil Atual* as declarações de Dom Luiz Gonzaga. Ela afirmou que as posições do bispo são do período das trevas, do obscurantismo, e caminham na direção oposta do que foi a construção dessa universidade. "Durante a ditadura militar a PUC-SP acolheu grandes intelectuais como Paulo Freire, Octávio Ianni e Florestan Fernandes e acolheu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - BPC, considerada subversiva na época. A pluralidade é um dos temas centrais para a universidade", disse a professora.

Ela lembrou ainda que a PUC-SP sempre esteve em um campo democrático

co da sociedade brasileira. "A trajetória histórica da PUC-SP sempre esteve ligada ao apoio a diversos movimentos sociais, uma universidade que sempre se localizou num campo progressista, e democrático", disse.

Para a professora o papel da universidade é debater temas polêmicos de maneira ampla e democrática. "A universidade não pode fechar os olhos para o que acontece na sociedade, é papel do ensino discutir e se antecipar aos debates que pautam a sociedade brasileira".

O Bispo criticou abertamente o professor de jornalismo da PUC-SP, Leonardo Sakamoto, por escrever artigos defendendo o aborto e a eutanásia. Em seu blog, Sakamoto se colocou a disposição para um debate no TUCA sobre direitos humanos e religião.

O jornalista afirmou ainda, em texto publicado em seu blog que a frequência de reclamações tem aumentado desde que começou a dar aula na PUC-SP, pois para algumas pessoas "é um absurdo uma universidade católica ter, entre seus quadros, um professor que defende o direito ao aborto e à eutanásia, o Estado laico, a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo, o Palmeiras, enfim, o direito a ter direito".

Apesar disso, o professor afirmou que nunca teve sua liberdade de expressão atacada pela universidade. "A PUC-SP e sua direção, pelo menos no que diz respeito ao uso que faço da minha liber-

dade de expressão, têm adotado um comportamento que se espera de uma universidade, garantindo o debate, o livre pensamento e a pluralidade de opiniões. Ou seja, não recebi até agora nenhum pedido para que não exponha posições ou divulgue informações, mesmo que em desacordo com o que prega a fé católica. (...) Não acredito que uma instituição, que foi resistência contra a ditadura, mude de posição", afirmou.

PROTESTO NO CONSAD

A frente feminista da PUC-SP organizou um ato durante a reunião do Conselho de Administração (Consad) do dia 15/3 para cobrar um posicionamento do órgão sobre o tema (veja mais sobre a reunião abaixo). Os manifestantes acreditam que apesar da universidade ser católica o

direito à liberdade de cátedra e de manifestação devem ser respeitados, pois a universidade é um local onde todas as posições podem e devem ser debatidas.

O reitor Dirceu de Mello afirmou que não iria se posicionar sobre o tema, pois não pode opinar por toda a universidade. Ele disse ainda que levará o tema para discussão na próxima reunião do Conselho Universitário (Consun), que será realizada no dia 28/3. Para o reitor, essa é a forma mais democrática de toda a comunidade se posicionar sobre o tema.

O secretário executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazollo, por sua vez afirmou que o bispo Luiz Gonzaga é uma pessoa distante da PUC-SP e da arquidiocese de São Paulo, e que espera que a universidade continue sendo um espaço democrático de debate político.

Consad sugere que o jornal *Contraponto* seja apenas online

O Conselho de Administração (Consad) voltou a se reunir no dia 15/3, e aprovou a impressão de apenas duas das oito edições anuais do jornal laboratorial *Contraponto*, do curso de Jornalismo da PUC-SP. O Consad irá procurar o curso e a direção da Faflica para avaliar a possibilidade de o jornal não ser mais impresso, sendo disponibilizado apenas na internet.

O jornal completará em 2012 11 anos, e é referên-

cia para outros cursos de Jornalismo de todo o país, além de ter recebido inúmeros prêmios, incluindo o prêmio de melhor veículo laboratorial do país, e um prêmio Vladimir Herzog por uma reportagem publicada em 2007.

Entre as pautas da reunião foi aprovado a reforma dos vestiários do Hospital Santa Lucinda e o balanço financeiro da universidade em 2011. Todos os conselheiros votaram favoravelmente à decisão.

Romper com a burguesia e seus partidos

Oswaldo Coggiola

Mal pese aos defensores da "blindagem" brasileira, a situação do país está cada vez mais determinada pela bancarrota capitalista mundial, a única compreensão sobre a qual pode se estruturar uma política de esquerda e antiimperialista. A trajetória descendente do PIB (+7,5% em 2010; +2,7% em 2011, menos ainda previsto para 2012) reflete, em primeiro lugar, a tendência para a decomposição do mercado mundial. A anunciada desaceleração da economia chinesa, principal cliente das exportações brasileiras, provocou imediatamente uma queda abrupta nas bolsas de valores no país.

O centro da política governamental está determinado pela remuneração extraordinária ao capital financeiro, que mantém os fluxos de investimentos externos. Os cinco maiores bancos brasileiros (BB, CEF, Bradesco, Itaú, Santander) apresentaram em 2011 um lucro líquido (recorde) de quase R\$ 51 bilhões, quase o total do montante do corte orçamentário executado por Dilma para seu segundo ano de mandato (R\$ 55 bilhões). Isto basta para caracterizar que a "prosperidade" tupiniquim está baseada numa valorização fictícia do capital (nacional e internacional) derivada de uma violenta transferência de renda em favor do grande capital financeiro, que afeta a todas as classes assalariadas, compensada pelos programas sociais (Bolsa Família e outros, que beneficiam 58% da população, contra 8% em 1978), que não consomem mais que 0,4% do PIB.

Contra a miragem da redução percentual da dívida pública nos últimos anos, choca-se a revelação de que o endividamento privado brasileiro é espetacular, superior percentualmente ao norte-americano na véspera da crise de 2007-2008. O crédito no país pas-

sou de 38,4% do PIB (em dezembro de 2008) para 49,1% do PIB (em dezembro de 2011). Isto não se refere apenas, nem principalmente, à dívida das "famílias" (que devem pagar juros de até 240% anuais para as compras ou dívidas parceladas mais elementares), mas, sobretudo, à dívida do grande capital financeiro, que dobrou nos últimos dois anos, perfazendo atualmente uma cifra próxima de R\$ 350 bilhões (era de R\$ 313 bilhões em setembro passado, com R\$ 125 bilhões dos bancos estrangeiros, e R\$ 188 bilhões dos bancos nacionais).

Um relatório do banco de investimentos Morgan Stanley (o maior do mundo) revelou que o total do endividamento externo brasileiro (passivos em moeda estrangeira), há pouco tempo declarado "extinto", atingiu US\$ 746 bilhões em dezembro de 2011, perto de R\$ 1,3 trilhão, o equivalente a todo o orçamento federal. Morgan Stanley definiu a economia brasileira como a mais vulnerável dentre as dos países ditos "emergentes", ou seja, como a mais provável "bola da vez" de um próximo ataque do grande capital especulativo, que provocaria uma espetacular fuga de capitais. De nada adiantou consagrar mais de metade do orçamento federal, como acontecerá em 2012, ao pagamento de juros e amortizações de credores especulativos (nacionais e estrangeiros).

Isto, contra o pano de fundo de um aparelho produtivo tomado mais dependente do que nunca da importação de bens de capital (maquinário) e de mercadorias externas: entre 2005 e 2011 a participação de produtos manufaturados nas exportações despencou de 55% para 36%; a indústria reduziu em 17% sua participação no PIB, entre 1985 e 2008 (caiu de 33% para 16%), situando-se agora em 14,6%, a menor participação do setor no PIB nacional desde 1956 (primeiro ano do gover-

no JK, ou seja, a um nível anterior ao "desenvolvimentismo"). Entre 2004 e 2010, o percentual da indústria na pauta exportadora caiu de 19,4% para 15,8%. A fatia do Brasil no mercado mundial de manufaturados despencou de 0,95% (1984) para 0,68% (2010). Milagres da "sexta economia do mundo"...

A política do governo do PT tem consistido, além de "empurrar a dívida com a barriga", a abertura de novos campos de investimento lucrativo (e improdutivo) para o grande capital. A isto corresponde a criação do fundo de previdência complementar do servidor público federal, denominado Funpresp, para que os servidores que ingressarem no setor público federal a partir de 2012 já façam parte do novo regime previdenciário. O Funpresp faz parte da Lei 1992/07; o governo brasileiro constituiu o maior fundo de previdência "complementar" (privada) da América Latina. O capital "produtivo" é beneficiado com a desoneração da folha de pagamentos, através do corte de impostos, em nome dos "altos custos dos encargos da mão de obra (32,5% na folha)". Desde 1995, no entanto, as estatísticas oficiais comprovam que a produtividade do trabalho aumentou 14%, enquanto os salários se mantiveram no mesmo patamar. E não adiantou, depois de demitir 9 mil operários, a Vulcabras mudou-se para a Índia, atraída pelos salários abaixo da miséria desse outro "emergente".

Os cortes no orçamento federal, e também nos estaduais e municipais, já estão ameaçando provocar uma crise institucional (de Estado). Foi o que se evidenciou na greve salarial, em fevereiro, das polícias e bombeiros militares de Bahia e do Rio de Janeiro, que fazem parte da coluna vertebral do Estado e sustentam a repressão contra os movimentos de luta pela terra e, sobretudo, contra as ocupações urbanas, como se evidenciou no massacre da deso-

cupação de Pinheirinho (SP) contra a ocupação Tarumã e Manaus (AM), assim como a crescente militarização das universidades estaduais e federais, como se vê na USP, na Unicamp, na UNIR (Rondônia) e no PUC. Enquanto advogados de todas as cores políticas lembravam que, pela Constituição, "ao militar são proibidas a sindicalização e a greve", os jornais do capital reclamavam repressão (militar ou policial) dessas greves, o que colocava uma perspectiva de implosão institucional. Nesse marco, a demissão política do governo no Senado (sua indicação para a Agência Nacional de Transportes Terrestres foi ineditamente rejeitada em nome da "base aliada") preanuncia uma tormenta política maior.

Está colocada uma via para a independência de classe, pela ruptura das organizações de classe com o governo e seus aliados burgueses, que as tomaram inicialmente como reféns. O terceiro mandato do PT e sua Frente Popular conseguiu até agora com uma luta geral pelas reivindicações salariais, sociais, educacionais e agrárias, graças à cooptação de lideranças operárias e populares com concessões e benesses. No oito anos de governo encabeçado por Lula, praticamente a totalidade das direções políticas e sindicais da classe operária e do campo foi integrada ao Estado. A mobilização das massas, com algumas exceções, foi a tônica dominante nos últimos anos. Mas isso está, agora, mudando.

Além de incorporação de numerosos dirigentes aos diversos escalões do Estado, a cooptação baseou-se no fortalecimento dos aparelhos sindicais com base em contribuições compulsórias. Em 2010 foram R\$ 84,3 milhões para as centrais sindicais: segundo o Ministério do Trabalho, as maiores centrais, CUT e Força

continuação da página anterior

Sindical, receberam R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,6 milhões, respectivamente - valores que representam 80% do orçamento da Força e 60%, da CUT. Em seguida, os maiores beneficiados foram a União Geral dos Trabalhadores (UGT), com R\$ 14 milhões; Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que embolsou R\$ 9,9 milhões; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), R\$ 5,3 milhões; e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), R\$ 3,9 milhões. Mais do que nunca, está colocada a luta contra o Imposto Sindical, para tornar as organizações de classe independentes da burguesia e seu Estado. O I Congresso da CSP-Conlutas, a ser realizado em finais de abril em Sumaré (SP), tem diante de si o desafio de lançar uma campanha nacional nesse sentido, como parte de uma ampla luta pela independência de classe das organizações operárias e populares.

A campanha salarial dos servidores públicos federais (e também de muitos estados, em especial SP), a greve geral da educação, já convocada (a maioria dos estados sequer paga o piso salarial nacional já aprovado), podem ser os pontos de ruptura do impasse da luta de classes no país. Com a organização pela base, e um programa de independência de classe, deve-se pavimentar o caminho para uma alternativa política dos trabalhadores, antiimperialista, socialista e internacionalista.

Oswaldo Coggiola é professor titular de história na USP

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, da no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

Como mudar? Eis a questão!

Guilherme de Almeida Soares

Hoje existem muitos setores que pretendem mudar e inovar os métodos do movimento estudantil, colocando que este movimento estudantil está ultrapassado e que precisa urgentemente de transformações. Concordamos que o movimento estudantil deve mudar, porém caberia perguntar para aqueles que propõem esta tal transformação: como mudar o movimento estudantil? Transformar o movimento estudantil para o quê? E, principalmente, como podemos fazer o movimento estudantil avançar para poder enfrentar a reitoria colocando um fim aos ataques dela e impor a vontade dos professores, funcionários e estudantes?

Antes de tudo, vale a pena dizer que os métodos citados por estes setores são herdados do passado, assim como as estratégias colocadas dentro do movimento estudantil e por isso é preciso saber qual concepção que deu historicamente certo. A crise econômica capitalista está batendo à porta do Brasil, freando o seu crescimento econômico, aumentando o número de greves de trabalhadores e estudantes em todo país e isso exige que desde a PUC nos preparemos para quando a crise capitalista chegar no Brasil, estarmos em condição de responder aos grandes desafios que a luta de classes nos reserva para este período.

A reitoria junto com a Fundação São Paulo, entre

2011 e 2012, anunciou diversos ataques como aumento da mensalidade, maximização dos professores, o fechamento de diversas turmas como da administração, economia e fonoaudiologia, além do Serviço Social que não abriu turmas de primeiro ano. É necessário nos prepararmos e enfrentarmos diretamente a reitoria, pondo um basta na sua política que visa atacar professores, funcionários e estudantes e para isso nada melhor do que resgatar os 150 anos de experiência histórica do movimento operário e as lutas históricas como o maio de 1968 francês para podermos atacar a estratégia da reitoria e da Fundação São Paulo de transformar a PUC numa FGV.

Na prática, estes setores alimentam ilusões que se tivermos uma estratégia parlamentar e mobilizarmos por dentro da ordem sem fazer com que os estudantes se choquem com a reitoria e a Fundação iremos conseguir algumas demandas estudantis. Além de esquecerem que todo aparato institucional está a serviço dos bancos e da Igreja Católica, os setores que estão mobilizados por cima dos estudantes não colocam que em nenhuma época histórica a estratégia parlamentar como eles pretendem deu certo e, na verdade, levou a grandes fracassos como na Alemanha, onde o Partido Social Democrata Alemão votou os créditos de guerra para o país entrar na Primeira Guerra Mundial e na Grécia foi o parlamento que

votou em despejar a dívida do país nas costas dos trabalhadores e do povo pobre. Caberia perguntar: Se historicamente a estratégia parlamentar deu errado, porque na PUC-SP ela daria certo? O que ela tem de tão diferente?

É necessário que o movimento estudantil tenha noções de algumas regras, uma delas é que dominantes e dominados têm interesses inconciliáveis e que todo aparato institucional está a serviço da burguesia, pois ela mantém o poder econômico, logo a classe dominante também mantém o poder político. Nesse sentido, os estudantes não podem ter nenhuma ilusão nas instituições que estão a serviço da igreja e dos bancos e, sim, devem confiar apenas nas suas próprias forças, pois foi levando à risca estas regras durante os 150 anos de movimento operário que acontecimentos como a Revolução Russa de 1917 ocorreram.

Um lado está a estratégia petista errada de colocar o movimento estudantil da PUC em uma organização integrante da ordem. Existe o outro lado da moeda que busca também a conciliação dos estudantes com a reitoria. Frente às duas concepções estratégicas que levam os estudantes ao fracasso, é necessário que nos organizemos em torno de uma terceira estratégia capaz de derrotar a reitoria, a Fundação São Paulo e os bancos.

Guilherme de Almeida Soares é militante do grupo Juventude às Ruas

Professor da PUC-SP lança livro sobre Maurício Tragtenberg

A Educ (Editora da PUC-SP), com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), publicou recentemente o livro "Maurício Tragtenberg - 10 Anos de Encantamento", com a organização do professor de filosofia da PUC-SP, Antônio Valverde.

A obra em quatorze capítulos, sendo treze de análises de aspectos pontuais da obra de Tragtenberg e um depoimento, que "(...) reúne escritos apresentados durante o evento artístico acadêmico Maurício Tragtenberg - 10 Anos de Encantamento, realizado entre os dias 3 e 5/11/, no TUCA, promovido pelos Programas de Estudos Pós Graduados em Filosofia e em Ciências Sociais da PUC-SP, organizado e coordenado pelos professores Antônio Valverde e Vera Chaiá".

O lançamento será dia 29/3, a partir das 18h30, na Livraria Cortez, Rua Bartira, 317, telefone (11) 3864-0111, e estará disponível para venda na própria livraria e na Educ.

LIBERDADE POLÍTICA

Maurício Tragtenberg foi professor e sociólogo, ministrou aulas na PUC-SP no período da ditadura militar. Era autodidata e deixou como legado uma vasta obra. Na introdução do livro, o professor Antônio Valverde explica, "Tragtenberg é reconhecido como pensador ímpar, profundo conhecedor de história, filosofia política, sociologia, antropologia, literatura, e, em particular, da política e da cultura brasileiras, de par com o interesse pelo movimento real do proletariado e da liberdade política, além de crítico das te-

orias administrativas e das teorias políticas clássicas".

Valverde relatou ao *PUCviva* a trajetória de Tragtenberg, sua entrada no curso de Ciências Sociais na USP, sem o vestibular e através de uma banca examinadora, com a tese Planificação, o desafio do século XX, transferindo-se depois para o curso de história.

O professor ainda conta como Tragtenberg era um grande leitor e frequentador da Biblioteca Mário de Andrade, além de conviver com os anarquistas e operários do Brás, e locais como a casa da família Abramo, um grande centro de discussão, e o convívio com o advogado Mário Ferreira dos Santos.

Ao concluir a universidade, o sociólogo inicia seu trabalho como professor e é cassado pelo Estado após participar de greves, sendo constantemente boicotado em

concursos públicos. Tragtenber vem para PUC-SP em 1964 onde fica até 1998, no departamento de Políticas, e no mesmo ano também inicia suas aulas na Faculdade Getúlio Vargas, e em 1976 na Unicamp.

Entre os temas preferidos pelo sociólogo estão a "Burocracia e ideologia", a crítica a teoria da administração, a educação e pedagogia libertária. Acaba se convencendo do socialismo libertário, anarquismo, com a ideia de autogestão na fábrica, no campo, no hospital, na cidade como a única forma de não ter um poder acima de qualquer pessoa, horizontaliza as relações.

A Agência de Jornalismo Online da PUC-SP, homenageou Tragtenberg dando a ela seu nome, e pode ser acessada através do site <http://agemt.org>.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Moradores do Pinheirinho continuam mobilização

Passado mais de um mês da reintegração de posse da comunidade do Pinheirinho, a luta permanece. No sábado, 3/3, um ato-show foi realizado com o objetivo de reunir a população - espalhada após a truculência da polícia na reintegração - e para dar continuidade à luta por moradia digna.

O ato foi também para comemorar os oito anos da ocupação e recebeu solidariedade de diversos setores da sociedade civil além de movimentos sociais. Segundo a militante Helena Silvestre, do movimento Luta Popular, "a

população vem se organizando através de assembleias semanais, e novos problemas já surgiram", afirmou.

A ocupação do Pinheiro aconteceu em 2004, quando moradores que não tinham onde morar construíram suas casas no terreno vazio de Naji Nahas. Antes da ação violenta de desapropriação, comandada pelo governo do estado de São Paulo e pela prefeitura de São José dos Campos, cerca de 9 mil pessoas moravam no local.

A relação dos desaparecidos, mortos e feridos ainda é muito difícil de ser le-

vantada em primeiro lugar pela população ter se espalhado não só nos abrigos, como em casas de parentes, mas, principalmente, por existirem sérias desconfianças (algumas já provadas) de que feridos e mortos tenham sido deslocados para hospitais e IMLs de cidades da região.

Ainda existem cinco moradores desaparecidos, e além das famílias que não conseguiram auxílio aluguel por não constarem no registro oficial da prefeitura, diversas outras no 2º mês de auxílio enfrentam dificuldades para recebê-lo. A militante ainda destaca

que existe um diálogo da população com o governo federal em busca de moradia definitiva, porém muito mais simbólico do que concreto: apenas sinalizações de medidas, como se fosse um gesto político sem medida efetiva.

As mobilizações e denúncias continuam sendo importantes, e um relatório para ser levado à OEA está sendo preparado. As denúncias são muito importantes principalmente pela mobilização internacional, como em relação aos casos de estupro pela ROTA, que sensibilizaram organizações feministas de todo o mundo.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Confronto com a PM mata trabalhador no canteiro de obras de Jirau

Um confronto entre a Polícia Militar e operários da Usina de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, no final de fevereiro, acabou com a morte do operário Josivan França Sá, de 24 anos.

Um grupo de cerca de 300 trabalhadores esperava desde às 23h a chegada dos ônibus do último turno de trabalho que os levariam para as suas casas.

Alguns operários se revoltaram com o atraso e decidiram pegar pedaços de

madeira para tentar interditar a BR 364.

Segundo relatos, a PM foi acionada para tentar reprimir o protesto, e após a chegada da segunda viatura da polícia, por volta da 1h da madrugada, teve início um confronto entre policiais e trabalhadores.

Josivan não participava do confronto e estava a cerca de cem metros do local onde estava a PM quando caiu no chão, atingido por um disparo de arma de fogo

que acertou seu pescoço.

A militarização e a repressão aos trabalhadores da Usina de Jirau cresceu muito desde que, em março de 2011, explodiu uma grande revolta dos operários contra as péssimas condições de trabalho no local. O governo federal autorizou que o canteiro de obras fosse ocupado pela Polícia Federal e Força Nacional de Segurança. Desde então, o clima de tensão é constante no local.

Estudo estima que Belo Monte pode atingir 9 mil pessoas a mais do que o previsto

O impacto das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte pode ser maior do que o previsto nos estudos de impactos ambientais apresentado pela empresa Norte Energia S.A (Nesa), consórcio responsável pela obra. Estudo feito pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) apontou que o total de pessoas atingidas será de 25,4 mil moradores, ante 16,4 mil previstos.

A diferença aconteceu porque a pesquisa da UFPA usou como base referências

topográficas diferentes. Enquanto a UFPA se baseou no marco topográfico homologado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a equipe contratada pela Norte Energia S.A (Nesa) adotou uma série de outros pontos topográficos que estão desatualizados ou que não são do IBGE.

As duas equipes técnicas também utilizaram formas distintas para calcular a altura que o lago de Belo Monte pode atingir na cidade de Altamira quando ocorrer sua máxima cheia, o que deter-

mina quantos e quais moradores terão que ser realocados de suas casas. A UFPA diz que o lago pode chegar a um nível cerca de 90 centímetros mais alto que o nível calculado pelos pesquisadores contratados pela Norte Energia.

O estudo da UFPA foi feito a pedido do Ministério Público Federal do Pará devido ao histórico de erros de precisão na medição de outras usinas na região Amazônica. Em todas houve erros graves na previsão de alagamento.

Unicastelo demite 20 professores, e corta salários em até 60%

A universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo) demitiu cerca de 20 professores nos últimos três meses na unidade de São Paulo. De acordo com o sindicato dos professores, os demitidos não aceitaram o novo plano de carreira, que previa entre outras coisas uma redução

salarial de cerca de 60%.

A universidade nega que tenha demitido os professores que não aceitaram o novo plano de carreira. Segundo a Unicastelo, os docentes foram dispensados "por indicação acadêmica" e "a partir de critérios pedagógicos".

Além dos cortes salariais,

e das demissões, a Unicastelo também deve o 13º salários de 2010 e 2011 a todos os professores. A APROPUC repudiou a atitude repressiva da Unicastelo que não dialogou com o restante da comunidade universitária em busca de soluções para os problemas financeiros da instituição.

UNEafro organiza campanha de arrecadação financeira

A União de Núcleos de Educação Popular para Negros(as) da Classe Trabalhadora (UNEafro) está organizando uma campanha de arrecadação financeira para manter o funcionamento do escritório central, localizado na Rua da Abolição, 167, Bela Vista, e para a compra de materiais didáticos para os estudantes que participam de seus cursinhos pré-vestibular.

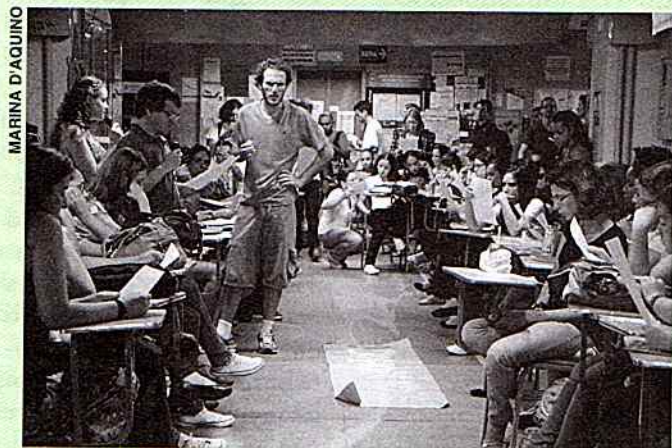
Todos os anos cerca de dois mil estudantes buscam a UNEafro para se preparar para o vestibular. Durante as aulas, os estudantes discutem outros temas além dos que são exigidos no exame vestibular como formação política, defesa de gênero, da diversidade sexual, dos direitos humanos e da cidadania.

Em nota, a UNEafro afirmou que outra importante ação da entidade consiste "nas permanentes ações de denúncia e pressão junto ao poder público para a efetivação de políticas públicas voltadas para os grupos historicamente excluídos, em especial negros e negras".

Quem quiser contribuir pode procurar a entidade pelo e-mail uneafrobrasil@gmail.com. As doações devem ser realizadas na seguinte Conta Corrente: Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular - AFDDFP, Banco do Brasil, Agência: 3687-0, Conta Corrente: 22.844-3.

ROLA NA RAMPA

Serviço Social em luta contra a precarização



MARINA D'AQUINO

Estudantes de Serviço Social ocupam corredor contra superlotação das salas de aula e precarização do curso.

Na noite de quinta-feira, 15/3, o curso de Serviço Social em luta contra a precarização do ensino e condições de trabalho, organizou uma semana de aulas no corredor térreo do Prédio Novo onde historicamente o curso funciona. O objetivo é chamar atenção da direção da universidade para as péssimas condições a que os estudantes estão submetidos. Em 2012, o período letivo se iniciou com uma surpresa para o curso, na primeira reunião do Consad foi votada a transferência da secreta-

ria do curso para uma sala da Faculdade de Ciências Sociais, bem menor que o espaço hoje ocupado pelo curso. Além disso, a turma ingressante do período matutino de 2012 não foi aberta gerando superlotação nas já precárias salas de aula. Em nota, os estudantes salientaram que "não se trata de uma disputa entre cursos e muito menos por salas, mas sim uma luta que deve ser conjunta em busca de melhores condições de ensino e aprendizado para os estudantes de todos os cursos".

Videoteca faz pré-estreia do filme "Xingu"

A Videoteca da PUC-SP, em parceria com a Brazuca Produções, convidam para a pré-estreia do filme "Xingu", do diretor Cao Hamburger, na quarta-feira 21/3, às 19h. A sessão ocorrerá no Audi-

tório Paulo Freire, no piso superior do TUCA. Após a sessão, haverá debate com o diretor Cao Hamburger. O evento é gratuito e a retirada de ingresso iniciará uma hora antes, às 18h.

Eleições na APROPUC

A APROPUC convocará nas próximas semanas uma assembleia para definir as coordenadas para a eleição de sua nova diretoria. Porém, é bom lembrar que os

professores que desejarem participar do processo e ainda não estão filiados à entidade, devem providenciar sua inscrição ainda no mês de março.

Visita a Escola Nacional Florestan Fernandes

A Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes está organizando a próxima visita coletiva à escola, no dia 31/3, sábado. Haverá um ônibus saindo de São Paulo até a ENFF, em Guararema (SP), com ponto de encontro na Estação de Metrô Armênia (esquina da Av. do Estado com Rua Pedro Vicente, ao lado do ponto de táxi) e saída às 7h30, e custo de R\$ 20,00 por pessoa. O custo da visita é de R\$ 30,00, valor repassado para a ENFF para contemplar custos com café

da manhã e almoço. O grupo será de no máximo 90 pessoas, por isso é necessário confirmação de presença, enviando nome completo, RG e comprovante do depósito das despesas de alimentação e/ou ônibus para o endereço eletrônico visitaenff@amigosenff.org.br, até o dia 23/5. Os dados bancários da Associação dos Amigos da ENFF são: Banco do Brasil, Ag. 3687-0, Conta 285076-1. Confira também a programação da atividade no site: amigosenff.org.br.

Docentes recebem título de professora emérita

Em sessão extraordinária do Conselho Universitário (Consun), realizada na manhã do dia 14/3, as professoras Mathilde Neder e Rosa Macedo, do programa de pós-graduação em psicologia clínica, receberam o título de pro-

fessora emérita da PUC-SP, por grande contribuição a Universidade e Psicologia brasileira. Para aqueles que quiserem conferir as fotos da atividade, basta acessar: <https://www.facebook.com/PUCSP.Oficial>

SEUS DIREITOS

Medicamentos poderão ser dedutíveis do imposto de renda de aposentado

Um projeto de lei que tramita no Senado estabelece que aposentados e pensionistas com provento mensal inferior a seis salários mínimos poderão passar a deduzir do imposto de renda os gastos com medicamentos de uso próprio e de seus dependentes, desde que comprovados por receita médica e nota fiscal. Na justificativa da matéria o senador Paulo Paim assinala que a legislação tributária em vigor só per-

mite o abatimento das despesas com medicamentos quando utilizados em hospitalização, contrariando tendência de reduzir internações hospitalares em favor de tratamentos na residência do paciente. A relatora, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), apresentou voto favorável à proposta, que segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em decisão terminativa.